

das ações de saúde a nível da unidade sanitária mais do que em outros níveis, depende de fatores sociais e familiares;

- Com a área de saneamento básico, considerada Áreas Metropolitanas, de caráter multisetorial e de abordagem regional, eventualmente local;
- Com o sistema de educação;
- Com o setor habitação."

Pela ordem em que estão colocadas as recomendações, destacamos, de início "a definição jurídica do modelo" dentro da legislação já existente: para tanto, só uma figura de administração descentralizada não autárquica, tipo sociedade por ação ou fundação, o que exige medida legislativa, além da difícil definição de onde estaria e a que nível de governo estaria integrado: federal, estadual (e neste, a que Secretaria? Saúde? Metropolitana?).

Em seguida, destaca-se a subdivisão da Área Metropolitana, que envolve, não só a redefinição e homogeneidade de áreas dentro do Executivo estadual, como também, a autonomia municipal dos 38 municípios que compõem a Área Metropolitana da Grande São Paulo.

Das mais sérias é a Política de Pessoal, se atentarmos para a estagnação existente no Estado na área de recursos humanos (Anexo nº 2) consideravelmente agravada pela imobilidade previdenciária a que os servidores estaduais estão sujeitos, seja pela submissão ao Estatuto, seja pela condição de pessoal temporário.

As demais recomendações situam-se mais em áreas de coordenação conveniada.

2. O enfoque preponderante das recomendações do Grupo Central de Estudo de Áreas Críticas é o de correção de disfunções organizacionais e funcionais. São em síntese, os seguintes:

Nº GEAC	ÁREAS CRÍTICAS	DETALHAMENTO PRELIMINAR SUGERIDO	PROPOSTAS
01	01 - DTN  02 - INSTITUTO DE SAÚDE  03 - ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA CST	a) documentos existentes:- Decreto nº 52182/69; elaborados pelo próprio DTN; pré-diagnóstico; estudo do Dr. Nestor Angelo Sampaio. b) funções atuais e funções desejáveis. c) estrutura. a) documentos básicos:- Decreto nº 52182/69; projeto existente; pré-diagnóstico. b) funções atuais e funções desejáveis. a) exame de projeto já existente.	organizar uma Assessoria de Planejamento, com unidades de programação e avaliação, para compatibilizar, consolidar e controlar os resultados dos programas; organizar um centro de informações de saúde; reformular a unidade de educação em saúde pública; organizar a área de pesquisa e normatização técnica; criação de um órgão permanente para estudo dos problemas de recursos humanos; organizar a assessoria geral e de imprensa e divulgação; aprovar a criação e reformulação de órgãos de administração geral da CST.

Nº GEAC	ÁREAS CRÍTICAS	DETALHAMENTO PRELIMINAR SUGERIDO	PROPOSTAS
02	01 - SANEAMENTO	<p>a) estratégia geral da Secretaria: discriminação de funções pelos vários níveis (federal, estadual, área metropolitana e municipal); exame do documento do grupo de trabalho Ubiratan Lemos dos Reis; participação da Secretaria da Saúde nas decisões de política geral; legislação sanitária.</p> <p>b) estudo das funções atuais para determinação do nível em que devem ficar situadas.</p> <p>c) o uso da figura autárquica no Setor.</p> <p>d) o problema das receitas vinculadas; possibilidade de uso para aperfeiçoamento de recursos humanos.</p>	<p>fortalecer a SUCEN, como autarquia, incorporando o combate à Esquistossomose; a SUCEN deveria funcionar como Assessoria permanente do Secretário de Estado para a área de saneamento em toda a área do governo; atualizar a estrutura da SUCEN; criar seu quadro de pessoal; iniciar programa de saneamento rural; a SUCEN seria fornecedora de recursos humanos em saneamento e normas para a rede na administração direta; colocar a nível local da rede de ações executivas de saneamento, com algumas mais complexas situadas a nível regional; realização de estudos sobre o setor saúde no governo estadual, com concurso de especialistas da Escola Nacional de Saúde Pública, para clarear as áreas de competência das Secretarias; revisão da legislação sanitária; criação de carreira de Engenheiro Sanitarista e de Supervisor e Auxiliar de Saneamento.</p>

Nº GEAC	ÁREAS CRÍTICAS	DETALHAMENTO PRELIMINAR SUGERIDO	PROPOSTAS
03	01 - RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) estratégia geral</li> <li>b) dimensionamento</li> <li>c) recrutamento e acesso, salários e regimes</li> <li>d) rotinas e competências</li> <li>e) complementação da criação dos cargos:- comandos; "pró-labore"</li> <li>f) retomada de propostas anteriores</li> <li>g) estudo da possibilidade de uso das entidades descentralizadas para solução de problemas de recursos humanos.</li> </ul>	<p>correção do cadastro elaborado pelo PRODESP; realização do censo do pessoal; criação de cargos necessários para absorção do pessoal não efetivo; definição de matrizes ocupacionais; retomada de estudos para as carreiras de Saúde Pública; criação de cargos de comandos correspondentes aos "pró-labore" e para as unidades criadas; retificação dos nomes com características policiais do pessoal de saneamento; elaboração de plano integrado de política de pessoal.</p>
04	01 - CAPACIDADE INSTALADA	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) estrutura regional:- localização; grau de adequação.</li> <li>b) aspectos qualitativos e quantitativos.</li> <li>c) grau de acabamento e conservação.</li> <li>d) capacidade administrativa institucional.</li> <li>e) critérios para a criação de novas unidades.</li> </ul>	<p>reformulação da rede física; (unidades sanitárias, hospitais, laboratórios); melhoria dos estabelecimentos terminais (apoio administrativo, elevação do nível salarial e disponibilidade de recursos financeiros); rever as estruturas de retaguarda, a nível regional; prever a manutenção da rede; manter, pela ausência de melhor proposta, as disposições da Portaria SS-CG 8/72 (dimensionamento de pessoal para unidades sanitárias).</p>

Nº GEAC	ÁREAS CRÍTICAS	DETALHAMENTO PRELIMINAR SUGERIDO	PROPOSTAS
05	01 - SISTEMA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) definição de sistema</li> <li>b) projetos de estrutura existente</li> <li>c) institucionalização</li> <li>d) definição de patrimônio</li> <li>e) utilização da FURP</li> </ul>	<p>inclusão da Administração Patrimonial na estruturação de material; estruturar unidades do Sistema de Material em toda a Secretaria; aprovar a constituição de um fundo rotativo (financeiro) para as aquisições de material.</p>
06	<p>01 - SISTEMAS</p> <p>02 - PLANEJAMENTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) definição de sistema</li> <li>b) documentos existentes</li> <li>c) grau de adequação da estrutura para funcionamento de sistemas.</li> <li>a) situação atual:-Divisão de Planejamento do DTN; G.P.S.</li> <li>b) estrutura da Divisão de Planejamento.</li> <li>c) documentos existentes.</li> <li>d) órgãos de planejamento extra-Secretaria.</li> <li>e) planejamento intra-setorial.</li> <li>f) planejamento intersetorial.</li> <li>g) área metropolitana.</li> </ul>	<p>as conclusões do Grupo de Estudos para sistemas, planejamento e informações, foram incorporadas às de organização de órgão assessor de planejamento e de um centro de informações de saúde, conforme citado nas propostas do GEAC 01; as recomendações sobre sistemas foram igualmente aprovadas e consideradas como parte do aspecto funcional das atividades dos vários órgãos a serem criados.</p>

Nº GEAC	ÁREAS CRÍTICAS	DETALHAMENTO PRELIMINAR SUGERIDO	PROPOSTAS
06	03 - INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) análise do material existente, especialmente convênios, na área de informática.</li> <li>b) análise da qualidade dos dados na fonte.</li> <li>c) determinação dos dados fundamentais.</li> <li>d) mecanismos de canalização dos dados.</li> <li>e) processamento.</li> <li>f) registro e recuperação da informação.</li> <li>g) divulgação da existência da informação.</li> </ul>	
07	01 - SUPERVISÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) o conceito de supervisão</li> <li>b) os agentes da supervisão</li> <li>c) as fontes e os canais de abastecimento de informação.</li> </ul>	<p>aprovar a identificação de dualidade institucional de órgãos técnicos-normativos sem definição de suas respectivas linhas de ação, gerando conflitos a nível executivos; a falta de programação de saúde com metas quantitativas e qualitativamente definidas e de estabelecimento de prioridades, levando a opções pessoais e a outros problemas apontados pelo Grupo. Aprovar uma nova localização para os supervisores de áreas especializadas, o re-</p>

Nº GEAC	ÁREAS CRÍTICAS	DETALHAMENTO PRELIMINAR SUGERIDO	PROPOSTAS
07	01 - SUPERVISÃO		exame das áreas especializadas a serem supervisionadas e o redimensionamento do pessoal de supervisão; modificação da denominação dos cargos de Inspetor e uma melhor identificação dos problemas financeiros, de transportes e treinamento dos supervisores.

3. Do trabalho sobre "Uma Política Integrada de Saúde para o Estado de São Paulo" (4) destacam-se os seguintes pontos:

"Um dos maiores obstáculos nesse longo caminho é representado pela total falta de coordenação que se observa no desenvolvimento das atividades dos diferentes setores—públicos e privados—de saúde; multiplicam-se as iniciativas paralelas que desgastam os recursos e escasseiam as iniciativas integradas, mesmo diante de situações que afligem a comunidade. Outro obstáculo é representado pela total desvinculação com que agem os órgãos que cuidam do saneamento básico, no que se refere à "autoridade sanitária", representada pela Secretaria de Estado da Saúde, como define o Decreto 52.182 de 1969, cumprindo o artigo 134 da Constituição Estadual.

Em vista desses e de outros obstáculos, a consecução daquele objetivo geral supõe a colocação de alguns objetivos setoriais, que podem representar etapas intermediárias a serem cumpridas. Alguns desses objetivos são a seguir enumerados.

- 1 - Definição de um "sistema de saúde" a ser integrado por todas as estruturas públicas ou privadas que trabalham nessa área, com delimitação possível das atribuições que cabem a cada uma.
- 2 - Conscientização da comunidade a fim de que todos os recursos existentes sejam inseridos no esforço comum, que redundará em benefício de todos.
- 3 - Integração das estruturas que trabalham na área de saúde sob coordenação da "autoridade sanitária".
- 4 - Desenvolvimento dos instrumentos necessários à referida integração: legais, de coordenação e de controle.
- 5 - Capacitação da Secretaria da Saúde para desempenhar seu papel de "autoridade sanitária" em particular no que se refere a atualização institucional, à estrutura organizacional e à preparação de quadros.

O primeiro objetivo setorial poderá ser viabilizado com a implantação do "sistema nacional de saúde", tal como figura no projeto de lei encaminhado pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, nos primeiros dias de fevereiro de 1975.



Contudo, como a elaboração de nosso estudo precedeu à referida iniciativa do poder público federal, a proposição indicada continua integrando nosso quadro de proposições de uma "política de saúde", figurando aliás em primeiro lugar.

A conscientização da comunidade em relação aos problemas de saúde é objetivo extremamente importante, com vistas ao aumento da eficiência das medidas adotadas pelo poder público. Este pode e deve utilizar, em consequência, todos os meios e recursos a seu alcance, para buscar desenvolver a conscientização referida. Em trabalho recentemente publicado (2), especialistas da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo definiram recursos que poderão ser utilizados com o objetivo de trabalhar na referida linha de conscientização da comunidade, especialmente pela utilização de meios de comunicação de massa e pelo emprego de recursos associativos. Sob este último ponto de vista, o estudo salienta o papel que poderia representar a estrutura formal da Igreja Católica.

O terceiro objetivo proposto é representado pela necessidade de integração das estruturas que trabalham na área de saúde, sob a coordenação da "autoridade sanitária" representada pela Secretaria de Estado da Saúde. Pela delicadeza que o assunto envolve, devem ser analisadas com cuidado as proposições necessárias à integração no "sistema de saúde" das diferentes estruturas que trabalham na área. Tal como foi sugerido no 3º objetivo setorial proposto.

Como abordagem inicial, imaginamos que essa integração poderia assumir diferentes esquemas operacionais, dependendo do tipo de atividade exercida e do relacionamento administrativo atual e futuro.

Basicamente poderia haver 4 tipos de integração:

1. subordinação clássica; 2. vinculação; 3. delegação; 4. coordenação, que distinguimos em coordenação funcional e coordenação de programas.

A subordinação clássica corresponderia à forma habitual de integração na área da administração, envolvendo o básico "princípio da hierarquia", ou seja, a relação de subordinação que une os órgãos do Poder Executivo, delimitando a autoridade ou a competência de cada um deles.

Como consequência desse "princípio de hierarquia" podem ser apontadas, dentre outras, as seguintes:

1. unidade de direção; 2. fiscalização ou controle do superior sobre o inferior; 3. substituição da autoridade inferior pela superior, caracterizando o instituto da "avocação"; 4. possibilidade de revisão, pela autoridade superior, dos atos praticados pela inferior; 5. aplicação de sanções; 6. dever de obediência; 7. delegação de atribuição pela autoridade superior.

A vinculação envolveria outro conceito jurídico básico que é o "princípio da tutela administrativa". Este define-se como o conjunto de poderes legais, embora limitados, que o Estado confere por lei aos órgãos centrais ou diretos a fim de exercerem ininterrupta vigilância ou controle sobre os atos das pessoas administrativas descentralizadas ou indiretas (autarquias, sociedades de economia mista, empresas pública, fundações públicas) para garantir-lhes o mérito e a legalidade resguardando a consecução dos fins ou interesses coletivos.

A delegação de atribuições seria entendida como a transferência a outrem de tarefas que competem originariamente a determinada autoridade; a delegação é vedada, por preceito constitucional, entre estruturas integrantes de Poderes diferentes. A delegação corresponde a uma verdadeira transferência de competência: o órgão delegado toma a decisão, dentro dos poderes delegados, sob a forma habitual através da qual pratica os atos de sua própria competência. O órgão que age em virtude de uma delegação não se acha obrigado pelas ordens ou instruções de órgãos delegante; os atos que assim praticar estão dentro da sua discricção, nos limites da norma mediante a qual se operou a delegação.

A coordenação suporia o desenvolvimento simultâneo e paralelo de todas as atividades administrativas do órgão coordenado por uma autoridade que exerce o papel de coordenador. O que se distingue em nossas proposições é, de um lado, uma simples coordenação de programas, em que será necessário o prévio conhecimento dos planos de atividades de dois órgãos, com o objetivo de compatibilizar seu desenvolvimento e permitir que os resultados sejam otimizados. De outro lado estaria uma coordenação funcional, em que a autoridade coordenadora poderá influenciar ou colorir, em determinada medida, as atividades inerentes ao funcionamento da estrutura coordenada".

O Quadro nº 3 apresenta as possibilidades de redistribui

ção de estruturas e atividades, com vistas aos pontos definidos pelos autores. Ao quadro original do trabalho, fiz acrescentar as medidas institucionais e operacionais necessárias.

QUADRO Nº 3 - PROPOSIÇÕES DE REDISTRIBUIÇÃO DE ESTRUTURAS E ATIVIDADES

Tipos de integração	Estruturas e atividades a serem integradas	Posição atual	Situação futura	Medidas necessárias para operacionalização
Subordinação clássica	Depart. de Assist. à Inf. e Matern. Serviço Dentário Escolar Serviço de Saúde Escolar	Secretaria de Hig. da Pref. S. Paulo Secretaria de Est. da Educação Secretaria de Est. da Educação	Secretaria de Estado da Saúde	Mudança por leis municipal e estadual (para a Sec. Higiene da Prefeitura); dificuldades para integrar pessoal, com regimes e níveis de Governo diferentes; decretos para organização.
Vinculação	Inst. Assist. Médica Ser. Público Estadual Hosp. das Clínicas - Fac. Medicina da USP Hospitais Universitários CETESB Fundação de Oncologia Fund. Remédio Pop. e SUSAM	Sec. Trab. e Administr. Casa Civil do Governador USP e UNICAMP Sec. Serviços e Obras Públicas Casa Civil do Gover. Sec. Estado da Saúde	Secretaria de Estado da Saúde	Vinculação por decreto (DLC 7/69); difícil a eficácia do vínculo pois são entidades descentralizadas com quadro próprio de pessoal e maior velocidade institucional devido à administração indireta.

Tipos de integração		Estruturas e atividades a serem integradas	Posição atual	Situação futura	Medidas necessárias para operacionalização
Delegação	Da Secretaria da Saúde	Populações confinadas FAISA e similares Centros de Saúde Escola Controle de Zoonoses Convênios assist. amb., hosp. e outros Fiscalização sanitária SUDELPA	Secretaria de Estado da Saúde	Sec. da Just. e Prom. Soc. Iniciativa particular Escolas Médicas Pref. Municipais Escolas Médicas Sec. Saúde e Prefeitura Municipal Sec. Econ. e Planejamento	Decretos ou autorização governamental para convênios; leis municipal e estadual para a delegação para Prefeituras.
	Para a Secretaria da Saúde	Controle de Endemias Fisc. de Prod. Alim. de Origem Animal Ensino Médico (inter. e residência)	Ministério da Saúde Ministério da Agricultura Escolas Médicas	Secretaria de Estado da Saúde	Convênios autorizados pelo Governo Federal e Estadual.

Tipos de integração	Estruturas e atividades a serem integradas	Posição atual	Situação futura	Medidas necessárias para operacionalização
Coordenação	Funcional INPS e LBA Pronto Socorro Munic. Assist. Méd. e Odontológica SABESP, SBS e SANEVALE	Ministr. Previdência Soc. Prefeituras Municipais Prefeituras Municipais Secret. de Serviços e Obras Públicas.	Secretaria de Estado da Saúde	Convênios autorizados pelo Governo Federal, Estadual e Municipal; difícil coordenação devido à diferença de regimes de trabalho.
	De Programas Hospitais Militares Divisão de Saúde da COSEAS "Hospital dos Imigrantes" SESI e SESC Rede de Hospitais Part. Hospitais e Escolas Médicas Departamento Méd. Serv. Civil do Estado Outras Faculdades na área da Saúde	Polícia Militar e Forças Armadas Universidade de São Paulo Secretaria de Promoção Social Iniciativa Particular Iniciativa Particular Iniciativa Particular Secr. do Trabalho e Administração Iniciativa Estatal e Particular	Secretaria de Estado da Saúde	Convênios autorizados pelo Governador; alguma dificuldade com recursos humanos sujeitos a regimes diferentes.

Verifica-se, pois, que a maioria das propostas exigiriam no atual panorama, medidas legislativas e excepcionais para recursos humanos nas esferas federal, estadual e municipal, atenção e comprometimento pessoal do Secretário de Estado do Governo, do Secretário de Estado da Saúde e do dirigente da Assessoria de Desenvolvimento Administrativo para dirimir conflitos de competência e de atuação política de órgãos centrais, além do que demandariam mudanças de figura jurídica das organizações. As mudanças comportamentais internas seriam subjacentes a todas as outras e de direcionamento tanto menos difícil quanto mais rapidamente se puder conseguir as demais.

Do que foi exposto, a manter-se como estáveis as configurações institucionais, a Secretaria da Saúde não poderia contar com a efetivação de medidas em velocidade adequada para participar com sucesso de qualquer plano, notadamente os de integração com outros níveis do Governo. Mantidas, pois, as tendências de organização de serviços na esfera estadual e sem prenúncios de inversão da atitude preconceituosa para com a chamada figura de administração direta, não são significativas para apressar a solução a coerência, e atualidade dos planos, como também não é suficiente o modelo burocrático clássico de estruturação e competências hierarquicamente definidas.

## VI - CONCLUSÕES

1. A Secretaria da Saúde, em qualquer nova mudança que pretenda direcio  
nar, deve considerar como condicionante o nível de abrangência visua  
lizado no panorama institucional da Administração do Estado de São Pau  
lo e nas tendências da Administração Federal.
2. Não é função da Secretaria harmonizar o procedimento ou sanar incoe  
rência dos órgãos centrais da Administração, mas a coerência na ação  
desses órgãos é fundamental para a execução dos planos da Secretaria.  
Também não é função da Secretaria justificar ou assumir, perante a opi  
nião pública, isoladamente, o papel histórico do serviço público de ad  
ministra  
ção direta e o de autoridade sanitária, nem o de mudar ou justi  
ficar o consenso divulgado de uma administração direta ineficiente e ine  
ficaz. Não se trata de uma ausência de tecnologia para a organização,  
mas de um direcionamento dessa tecnologia para setores de administra  
ção não centralizada que vêm tendo atenção privilegiada.
3. A Secretaria da Saúde, se não o próprio Governo para toda a administra  
ção direta, tem condições de desmistificar os componentes do somatório  
de discriminações que têm levado a atitudes de deixar a administra  
ção direta à margem de soluções mais modernas e rápidas, pelo volume dos  
problemas represados que apresenta.
4. É de fundamental importância que a Secretaria construa seu próprio espa  
ço político de definição e decisão. Não sendo possível fazê-lo dentro  
das regras previamente estabelecidas horizontalmente para toda a admi  
nistra  
ção, deve ser tentada a excepcionalidade de tratamento para a  
Secretaria da Saúde. A excepcionalidade não deve ter analogia, neces  
sariamente, com a adoção de figuras de administração descentralizada  
sob forma de sociedades ou outras figuras regidas por normas de Direito  
Privado. Em resumo, evitando-se as generalidades coercitivas próprias  
da administração direta, deve-se forçar aberturas legislativas, além de  
utilizar ao máximo suas entidades descentralizadas já existentes.
5. Deve-se visar a instrumentos e figuras jurídicas que permitam, concomi  
tantemente, atender a todos os vários ângulos de uma mudança pretendi  
da.



6. A mudança pretendida deve situar-se, cronologicamente no início de períodos de governo, levando-se em conta possibilidades e restrições legislativas e operacionais já possíveis de serem vislumbradas desde a fase de pré-planejamento para o governo que se inicia.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - LEMOS, M.M. - A Secretaria da Saúde e a realidade sanitária do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Saúde, 1967.
- 2 - LESER, W. et. al. - Área de estudos: desenvolvimento sócio-econômico, diagnóstico do setor saúde. In: Região Metropolitana de São Paulo: diagnóstico 75. São Paulo, s.d. (mimeografado).
- 3 - LESER, W. et.al. - Reorganização da Secretaria da Saúde Pública do Estado de São Paulo. (Trabalho apresentado ao XVII Congresso Brasileiro de Higiene em Salvador, Bahia. 1968, mimeografado).
- 4 - LIMA GONÇALVES, E. et. al. - Uma política integrada de saúde para o Estado de São Paulo, Brasil. Rev. Saúde públ. São Paulo, 9: 169-79, 1975.
- 5 - LIMA GONÇALVES, E. et. al. - Problemas de assistência médico-sanitária no Estado de São Paulo, Brasil. Rev. Saúde públ., São Paulo, 9: 181-90, 1975.
- 6 - LIMA GONÇALVES, E. et. al. - Relatório da área de saúde São Paulo, 1974. In: Região Metropolitana de São Paulo: diagnóstico 75. São Paulo, s.d. (mimeografado).
- 7 - MASCARENHAS - R.S. - Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo. São Paulo, 1949. (Tese de livre docência - Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo).
- 8 - MASCARENHAS, R.S. - História da saúde pública no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1970. (Trabalho apresentado ao V Congresso Brasileiro de História da Medicina, datilografado).
- 9 - MITRAUD, A.D. - Modernização e reforma na Administração Federal, (Trabalho apresentado no Seminário sobre "O papel da Administração Pública no Desenvolvimento", Brasília, 1976, mimeografado).

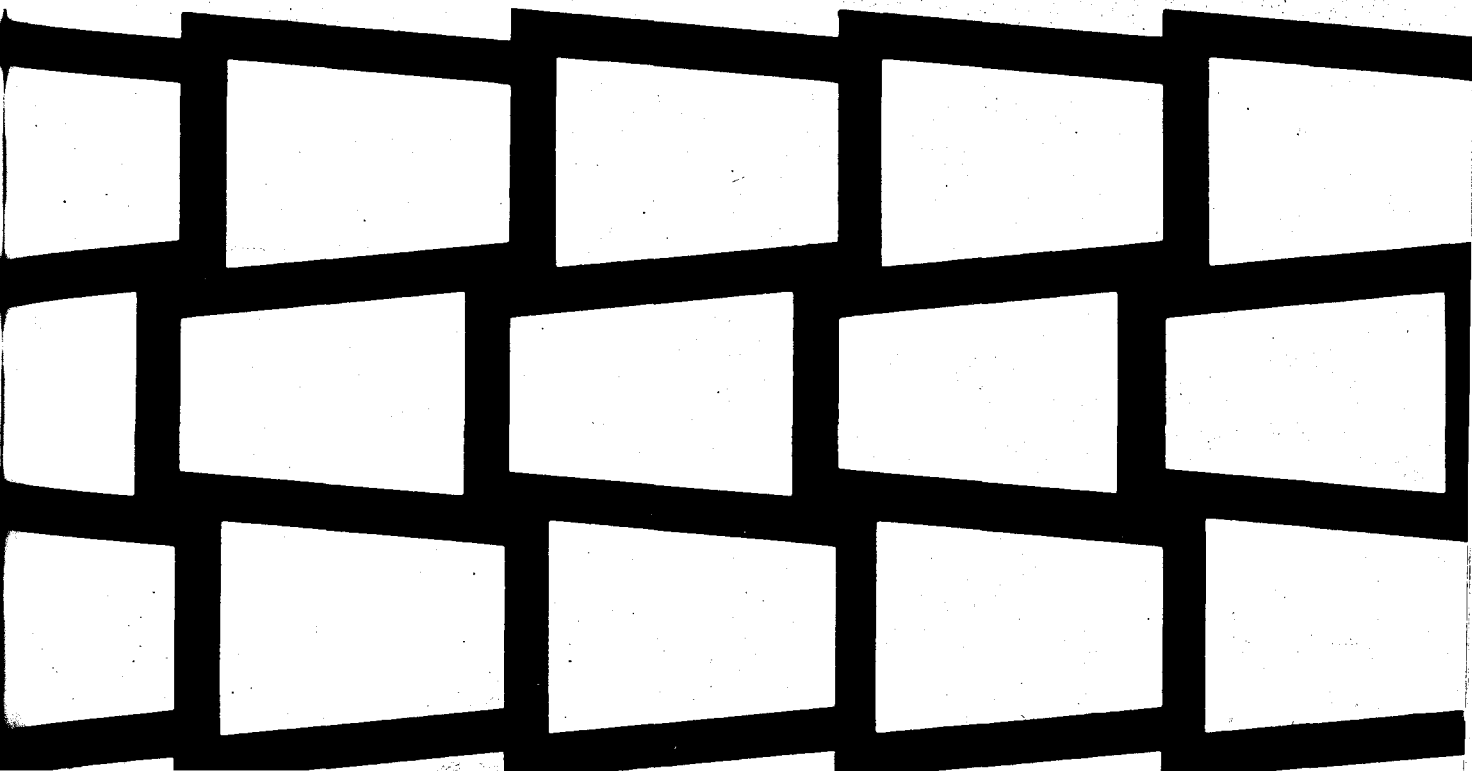
- 10 - SEMINÁRIO SOBRE SITUAÇÃO DE SAÚDE NAS ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS, São Paulo, 1975. Anais. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1976.
- 11 - SONEWEND, P. - O envolver das secretarias de estado na administração paulista, desde 1892 até 1974. Adm. paul., 26: 49-61, 1975.

## A N E X O N º 1

Trabalho da fase de pré-planejamento do Governo do Estado de São Paulo para o quadriênio 1975-1979.

## PROBLEMAS EMERGENTES DO ESTADO DE SÃO PAULO / 1974

- A4 Reflexos Regionais dos Problemas Emergentes
- A5 Reflexos Administrativos dos Problemas Emergentes
- A6 Recomendações para uma Estratégia de Governo



## Recomendações para uma Estratégia de Governo

A identificação dos problemas emergentes e o desenho de sua estrutura, permitiu indicar os pontos sensíveis a uma intervenção governamental. Confirmando a hipótese inicial do estudo, o agrupamento desses pontos sensíveis em grandes áreas de intervenção, resultaram numa cobertura global das áreas pertinentes à ação governamental. Mas, em virtude do próprio processo de elaboração as áreas de intervenção não aparecem de forma neutra; e sim com ênfases, definições e prioridades correspondentes à emergência e gravidade dos problemas identificados.

É, por isso, lícito supor que os programas indicados dentro de cada área constituirão uma resposta adequada aos atuais problemas do Estado.

Para sua integração, propomos no entanto algumas posições ideológicas de caráter geral.

Desejaríamos definir o próximo governo estadual, como um governo de participação social e desenvolvimento.

Por participação social não se entende apenas o direito à representatividade e liberdade de informação e expressão; e sim a mobilização e motivação da opinião pública, dos cidadãos e das instituições para a participação na formulação e crítica de políticas, assim como, em assumir parcelas de responsabilidades na implantação dessas políticas.

Por desenvolvimento entende-se o crescimento, com planejamento mas sem restrições, da economia do Estado; aceita-se por isso o crescimento demográfico, supondo-se que sua taxa diminuirá em função do melhor nível educacional da população e se aceita a contínua urbanização inerente àqueles ganhos de escala que otimizam o crescimento da economia; tornando-se no entanto, a dianteira, procurando-se evitar a hipertrofia urbana, através de políticas de indução de desconcentração relativa.

Mas também entende-se por desenvolvimento, ao mesmo tempo e de forma indissolúvel - a elevação dos índices de qualidade de vida. Distinguem-se nestas duas categorias; aqueles índices que constituem padrões mínimos e, portanto, direito dos cidadãos a serem assegurados pela sociedade, e aqueles índices de conforto, segurança, reconhecimento social, prazer e liberdade cujos valores variam à medida em que se desenvolve a sociedade.

Entende-se ainda que a ação governamental, o papel a ser desempenhado pelo governo estadual, deva exercer-se em três níveis:

### A interpretação do interesse coletivo

A não confundir-se com o interesse de todos, é representado pelo poder legislativo e por formas diretas de participação; mas deve ser interpretado pelo poder executivo traduzindo-se pela ação governamental;

### A orientação da estratégia

Compreendida como a responsabilidade do executivo em propor uma orientação para o desenvolvimento do Estado, através de uma estratégia de governo e medidas correspondentes;

### A prestação de serviços à população

Este nível de atuação cujo atual desempenho é precário, deveria ser central pois, além de sua função social, permite por via indireta, diminuir os ônus sociais decorrentes de conjunturas econômicas dependentes de fatores exógenos ao Estado.

Estabelecidas as premissas ideológicas ou conceituais, passaremos a descrever os setores, as áreas de intervenção, os programas prioritários e participação de órgãos, os quais, em conjunto com as premissas, configuram a proposta de estratégia de governo.

A descrição sistemática dos problemas evidenciou a impossibilidade de uma nítida separação de áreas de intervenção. Tampouco é possível imaginar uma divisão estanque da ação governamental, segundo hierarquias ou órgãos de governo.

No entanto é inevitável a distribuição de poderes decisórios na estruturação do governo; parece porisso mais viável reconhecer, por um lado, essa divisão funcional, e, por outro lado, enunciar com clareza a participação dos diversos órgãos no desenvolvimento de programas. Convirá, ainda, desenvolver métodos de coordenação e avaliação de desempenho, a partir dos objetivos programáticos - a fim de enfrentar de forma sistemática e planejada a multiplicidade de órgãos participantes.

Para compatibilizar os programas prioritários, originados dos pontos sensíveis dos problemas emergentes, com os poderes decisórios que constituem a hierarquia provável do governo, propõe-se inicialmente a definição de três grandes setores:

- o social
- o físico econômico
- o administrativo

Estes setores são interagentes e superpostos. Sua divisão ser ve a um propósito didático.

Nestes três grandes setores distribuem-se 16 áreas de intervenção, igualmente interligadas, descritas a seguir.

## Setor Social

### 1. Saúde e Saneamento

Área de intervenção prioritária, face à deterioração dos níveis de saúde da população; o aumento dos índices de morbidade e mortalidade identificam, como causas: o pauperismo, a desnutrição, as más condições de habitação, a poluição em notadamente, o atraso das condições de saneamento básico na Grande São Paulo.

### 2. Promoção Social

Área de intervenção vinculada à formação de recursos humanos e à melhoria dos padrões de qualidade de vida; privilegia os programas relacionados com o menor, face ao aumento das restrições ao seu desenvolvimento social (desorganização da família por pauperismo, migração e urbanização; más condições sanitárias e habitacionais).

### 3. Educação

Área de intervenção diversificada, segundo os graus de ensino formal visando fazer face à: evasão, repetência, mau desempenho e duplo comando do 1º grau; carência de escolas públicas e profissionalização, no 2º grau; e o rebaixamento de qualidade do ensino e pesquisa do 3º grau.

### 4. Segurança

Área de intervenção prioritária, devido à deterioração agravada pela metropolização na Grande São Paulo; objetiva resolveros problemas administrativos inerentes à duplicidade de polícias, baixos salários e desempenho precário; a fim de poder fornecer o serviço público necessário à população, mormente na Grande São Paulo, nas áreas urbanas de crescimento rápido e nas estradas.

### 5. Recursos Humanos

Área de intervenção importante para fazer face, às crescentes solicitações de trabalho resultantes da forte mobilidade e crescimento populacional; o contexto migratório e o processo de alteração nas relações de produção no campo, determinam novas tendências quantitativas e qualitativas.



## 6. Cultura, Ciência e Tecnologia

Área de intervenção importante para permitir por um lado atender à crescente demanda em recursos humanos especializados; e por outro lado, para ensejar a formulação de padrões civilizatórios próprios, a adaptação de tecnologias, a invenção e a criatividade de modelos novos de desenvolvimento. As atividades artísticas consideram-se aqui compreendidas no campo da cultura.

## Físico e Econômico

### 7. Agricultura e Abastecimento

Área de intervenção prioritária, vinculada às áreas de transportes e de desenvolvimento urbano é aqui vista sob triplo enfoque do controle de preços ao consumidor, da garantia de informações e remuneração ao produtor e do aumento e constância da exportação de produtos agrícolas (corredores de exportação).

### 8. Recursos Naturais e Poluição

Área de intervenção que compreende áreas de saneamento, agricultura, urbanização, promoção social (lazer) e cultura. Objetiva preservar reservas de biosfera, planejar o uso de recursos não renováveis, prevenir e corrigir a poluição atmosférica e dos recursos hídricos; evitar a erosão e degradação da paisagem.

### 9. Desenvolvimento

Área de intervenção que também compreende a prestação de serviços e se relaciona com transporte, saneamento, comunicações, segurança e recursos humanos; objetiva fazer a hipertrofia da Grande São Paulo, ao planejamento da macro-metrópole, ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento urbano geral; e à situação de habitação precária da população de baixa renda, na Grande São Paulo, nas cidades e suas periferias.

### 10. Energia e Comunicações

Área de intervenção em infra-estruturas vitais mas caracterizada também como prestação de serviços à sociedade; em que pese estar basicamente vinculada à esfera federal, cabe ao Estado uma ação e uma revisão de seus conceitos no setor da energia hidro-elétrica que até hoje absorveu com transportes, grande parcela de investimentos diretos e externos; as comuni

cações a teleinformática, serviços de informações, etc.

#### 11. Transporte

Área de intervenção a ser reconceituada para evitar a excessiva proporção de investimentos e endividamento destinado a este setor, e, por outro lado, para acelerar os seus serviços de transporte de carga, transporte rápido de massa, corredores de exportação.

#### Setor Administrativo

#### 12. Prestação de Serviço

Área de intervenção prioritária, diversificada por órgão prestador, objetiva enfrentar o desempenho precário de atendimento, desenvolvendo programas que permitam gradual modernização e flexibilidade, atingindo a eficiência e eficácia desejadas.

#### 13. Participação Social

Área de intervenção importante, pretende encarar a passividade dos cidadãos e o paternalismo e auto-suficiência de governos; mediante uma mobilização e motivação que desperte a criatividade e a participação individual e coletiva no desempenho de pontos estratégicos para o desenvolvimento; para tal, deve a administração capacitar-se e elaborar táticas de indução e canais de comunicação.

#### 14. Informação

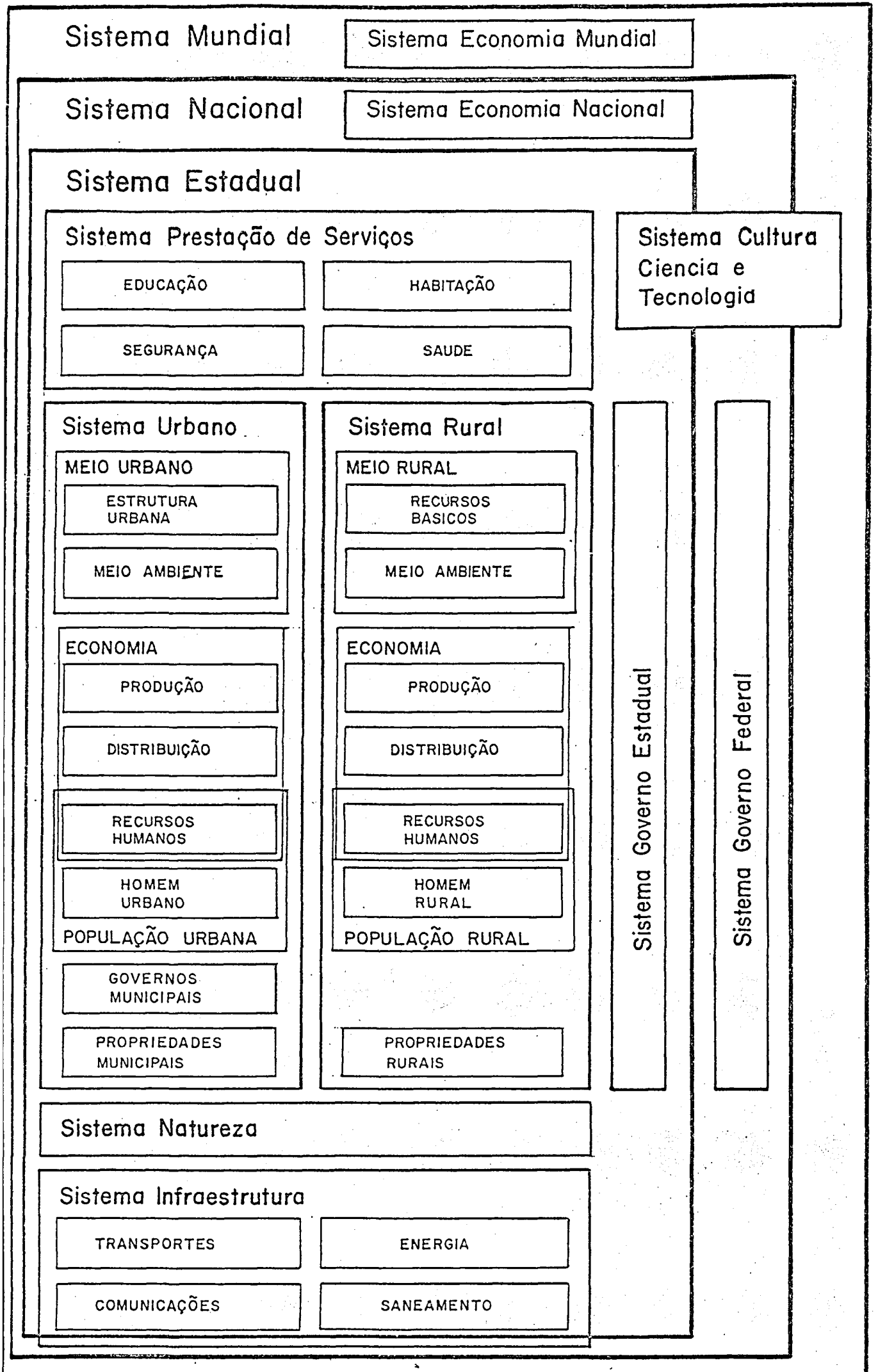
Área de intervenção associada à anterior; não se trata de um atributo de administração e sim de um modo de administração, compreende os canais de informação dos cidadãos para o governo e deste para os cidadãos.

#### 15. Indústria, Comércio e Serviços

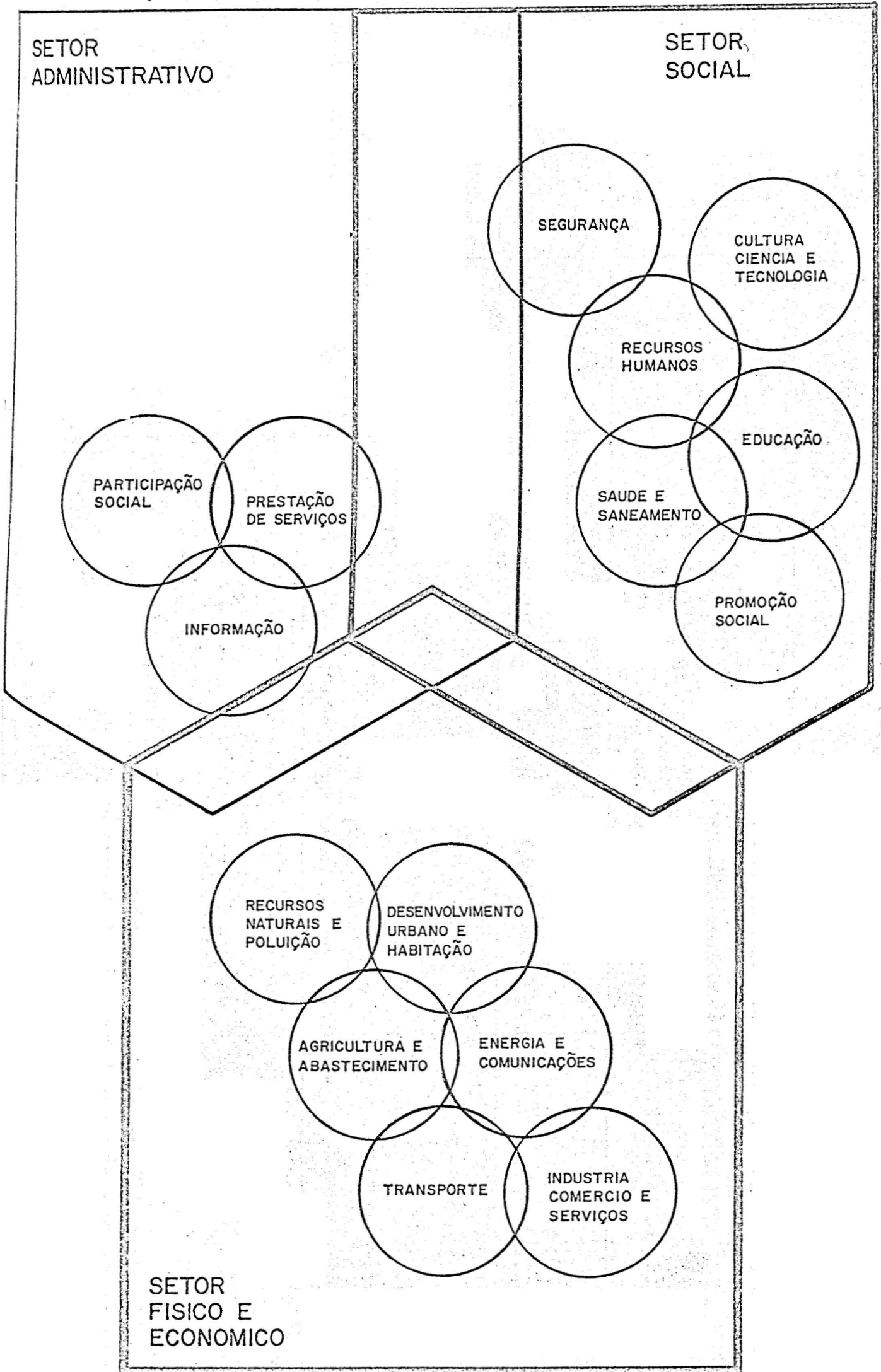
Objetiva planejar as operações de indução que permitam localização adequada de indústrias e desenvolvimento do setor terciário, mornmente nas cidades de porte médio.

#### 16. Recursos Humanos e Financeiros

Área de intervenção prioritária a fim de adequar a alocação de recursos às novas ênfases propostas pela estratégia; e para dotar o serviço público de outros adequados.



# SETORES E AREAS DE INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL



ÁREAS DE INTERVENÇÃO	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS	ÓRGÃOS VINCULADOS	ENTIDADES VINCULÁVEIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13.1 Completar descentralização institucional 13.2 Aumento de programas com despesas de custeio e menor investimento 13.3 Serviços de atendimento a: desemprego, desnutrição, situações epidêmicas e marginalidade do menor 13.4 Serviços regionais de manutenção e reparos em obras e serviços	S. OBRAS S. TRABALHO S. INTERIOR	SENAC SESC F.G.V. USP
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	14.1 Transformação de regiões "administrativas" em regiões de "planejamento" 14.2 Estímulo à formação de consórcios municipais por regiões 14.3 Sistematização da participação universitária 14.4 Sistematização de contatos e consultas entre a administração e sindicatos, associações e demais entidades de classe ou profissão		
INFORMAÇÃO	15.1 Montagem do sistema de indicadores sócio-econômicos 15.2 Montagem do sistema da comunicação social gerada pela administração 15.3 Ampliação do alcance da T.V. - Cultura		
RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	16.1 Revisão do Orçamento do Programa de Investimentos, a fim de ajustá-lo à estratégia 16.2 Estímulo à formação de técnicos em administração pública 16.3 Amplificação dos cursos de formação e reciclagem de funcionários.		

## Os Programas Prioritários

Distribuídos pelas áreas de intervenção, propõem-se programas que procuram atender e enfrentar tanto as situações problemáticas quanto os aspectos básicos sugeridos por aquelas situações.

A listagem agrupada segundo áreas de intervenção, é completada com a indicação de quais os órgãos governamentais que se veriam vinculados ou envolvidos nesses programas.

Percebe-se que geralmente os programas mobilizam diversos órgãos; assim, mesmo que o comando de execução possa pertencer a um outro órgão, salienta-se a necessidade de coordenar a ação em torno de cada objetivo.

Dentro da estratégia que busca uma participação social, prevê-se desde já a participação eventual de entidades e órgãos, aqui exemplificados, não pertencentes ao quadro governamental da administração.

Propõem-se 106 programas configurando uma estratégia e respondendo aos pontos sensíveis dos problemas emergentes. A leitura dos capítulos anteriores e dos textos básicos, completam a justificativa para essa programação.

### 1. Saúde e Saneamento

- 1.1. Revisão de funções e objetivos e reorganização da SABESP
- 1.2. Renegociar com o BNH a implantação do PLANASA em São Paulo
- 1.3. Completar as obras do Sistema Cantareira (11 m<sup>3</sup>/s)
- 1.4. Estruturas administrativas metropolitana, regionais e municipais para esgotos e drenagem
- 1.5. Estruturação permanente da preservação e recuperação da salubridade ambiental
- 1.6. Programa estadual de Saúde preventiva (recursos humanos e equipamento)
- 1.7. Programa de atendimento à gestante e menor pré-escolar
- 1.8. Fabricação de vacinas e remédios
- 1.9. Reforço dos serviços de epidemiologia

### 2. Promoção Social

- 2.1. Pró-menor: estruturação e funcionamento
- 2.2. Programas integrados nos centros de "volantes" (periferias de cidades do interior)
- 2.3. Política integrada de assistência ao menor migrante e sua família
- 2.4. Programas de ocupação do "Tempo Livre"
- 2.5. Regionalização da assistência pública

### 3. Educação

- 3.1. Eliminação do duplo comando no 1º grau
- 3.2. Ampliação da merenda escolar para idades pré-escolares
- 3.3. Ampliar rede (escolas, equipamento, pessoal) do 2º grau
- 3.4. Sistema permanente de demanda de profissionalização
- 3.5. Sistemática de reciclagem de professores
- 3.6. Plano de expansão de bibliotecas e laboratórios no 3º grau
- 3.7. Escolarização de adultos

### 4. Segurança

- 4.1. Criação de nova corporação policial, eliminando atual duplicidade
- 4.2. Aumento de quadro e de vencimentos
- 4.3. Convocação de recursos excedentes em alistamento para serviços auxiliares e de trânsito
- 4.4. Reconceituação do serviço penal
- 4.5. Nova cadeia em Santos e outras localidades
- 4.6. Regionalização e equipamento do DERIN e do DERAL
- 4.7. Equipamento, instalações e distribuição das unidades de bombeiro
- 4.8. Elaboração do "Plano Geral de Segurança de Tráfego"
- 4.9. Projeto-piloto de atendimento a feridos e veículos acidentados
- 4.10. Criação do "Instituto de Segurança de Tráfego"

### 5. Recursos Humanos

- 5.1. Fiscalização da legislação trabalhista na zona rural
- 5.2. Sistema descentralizado (regional) para atender desemprego
- 5.3. Criar órgão para capacitar mão-de-obra migrante não qualificada

### 6. Cultura, Ciência e Tecnologia

- 6.1. Estabelecimento de uma política para ciência e tecnologia
- 6.2. Lista de pesquisas prioritárias a solicitar e a contratar
- 6.3. Convênio com universidades e núcleos de pesquisa
- 6.4. Funcionamento do Centro Estadual de Cultura
- 6.5. Estímulos à criatividade artística e cultural
- 6.6. Apoio à programação fixa e itinerante de órgãos culturais

### 7. Agricultura e Abastecimento

- 7.1. Programa de silagem e frigorificação nos terminais de embarque e desembarque
- 7.2. Montagem do serviço de informações de mercado ao produtor
- 7.3. Montagem do serviço informativo no exterior

- 7.4. Programa rodo-ferroviário de transporte de safras
  - 7.5. Plano para recursos naturais para o Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema
  - 7.6. Programa e estímulo ao abastecimento comestível das periferias urbanas
  - 7.7. Aceleração de implantação do Centro de Comércio Atacadista no Projeto leste da Grande São Paulo
  - 7.8. Sistema de unificação dos mercados na formação de preços
  - 7.9. Diminuição de custos de frete e embalagens
  - 7.10. Estudo de fabricação de fertilizantes
8. Recursos Naturais e Poluição
    - 8.1. Criação de parque-modelo e regulamentação decorrente
    - 8.2. Reflorestamento e preservação de mananciais e encostas
    - 8.3. Prevenção e combate a erosão
    - 8.4. Programa de reservas e pesquisa de biosfera
    - 8.5. Fiscalização rigorosa da poluição produzida por veículos
    - 8.6. Intervenção na localização e equipamento anti-poluidor de indústrias
    - 8.7. Programa específico para meio-ambiente da Grande São Paulo
9. Desenvolvimento Urbano e Habitação
    - 9.1. Programar aquisição de terras para expansão urbana
    - 9.2. Reforçar recursos humanos para os sistemas de planejamento urbano
    - 9.3. Criar condições regionais de planejamento urbano
    - 9.4. Implantação da ENPLASA, CODEGRAN e CONSULTI
    - 9.5. Diretrizes para urbanização e reservas de recursos naturais na macro-metrópole
    - 9.6. Política e programa habitacional do Estado para baixa renda
    - 9.7. Sistematização de venda de lotes urbanizados e equipados
    - 9.8. Sistema de locação e subsídios
    - 9.9. Estímulos à ampliação e equipamento de serviços em cidades médias que polarizam regiões do interior
    - 9.10. Estudar auto-financiamento para equipamento e serviços para habitações de média e alta renda, concentrando recursos orçamentários para os de baixa renda (até 4 salários mínimos).
10. Energia e Comunicações
    - 10.1. Cooperativas telefônicas na zona rural
    - 10.2. Montagem do serviço público de informações
    - 10.3. Implantação e operação da rede de comunicações governamentais



- 10.4. Apoio à formação de recursos humanos especializados
- 10.5. Apoio ao desenvolvimento da rede TELESP do DDD e da unificação do sistema metropolitano da Grande São Paulo
11. Transporte
  - 11.1. Aceleração de implantação do metrô na Grande São Paulo
  - 11.2. Reestruturação do sistema de transporte coletivo na Grande São Paulo
  - 11.3. Plano de remodelação dos subúrbios da FEPASA
  - 11.4. Aperfeiçoamento do corredor de exportação para Santos
  - 11.5. Eletrificação de trens e ônibus
  - 11.6. Implantação do TRM em setores da macro-metrópole
  - 11.7. Construção da via dos Imigrantes e via Norte e Anel Rodoviário e SP-Mogi sob regime de auto-financiamento empresarial
  - 11.8. Construção de vias expressas complementares ao sistema TRM, sob regime de auto-financiamento empresarial
  - 11.9. Projeto do Porto de São Sebastião e de sua área de impacto
  - 11.10. Implantação do novo Aeroporto Metropolitano de São Paulo
  - 11.11. Operação da empresa "Aeroportos Paulistas"
  - 11.12. Integração RFFSA e FEPASA
12. Indústria, Comércio e Serviços
  - 12.1. Balcão de projetos com vistas a 8.6 e 9.5
  - 12.2. Macro zoneamento industrial na macro-metrópole
  - 12.3. Apoio a estudos de reversão parcial da indústria automobilística
  - 12.4. Programas integrados de polos agro-industriais
  - 12.5. Incentivos à racionalização da distribuição de bens
  - 12.6. Programas de formação de recursos humanos para o setor Terciário
  - 12.7. Estímulo a organização de defesa do consumidor
13. Prestação de Serviços
  - 13.1. Complementação da descentralização institucional em processo: avaliação das conseqüências ao nível administrativo e político
  - 13.2. Aumento de programas caracterizados por despesas de custeio e investimentos menores (prestação de serviços)
  - 13.3. Montagem e reformulação dos serviços de atendimento ao desemprego, à carência nutricional, às situações epidêmicas e à marginalização do menor
14. Participação Social
  - 14.1. Transformação das "regiões administrativas" em "regiões de planejamento"
  - 14.2. Estímulo à formação de consórcios municipais por regiões

14.3. Sistematização de participação universitária

14.4. Sistematização dos contratos e consultas entre a administração e sindicatos, associações e demais entidades de classe ou profissão

15. Informação

15.1. Montagem de sistema de indicadores sócio-econômicos da situação

15.2. Montagem de sistema da comunicação social gerada pela administração

15.3. Ampliação do alcance da TV-Cultura

16. Recursos Humanos e Financeiros

16.1. Revisão do O.P.I. a fim de ajustá-lo à estratégia proposta

16.2. Estímulo à formação de técnicos em administração pública

16.3. Ampliação dos cursos de formação e reciclagem para funcionários

Observa-se que a execução da maior parte dos programas propostos implica na participação, em maior ou menor grau, de diversos órgãos governamentais.

Donde a conveniência de se prever na estrutura administrativa governamental, formas e funções de coordenação inter-secretarial; assim como de estabelecimento de diretrizes setoriais, abrangendo secretarias independentes porém afins.

Propõe-se destarte um estilo de administração caracterizado por objetivos estratégicos e não por hierarquias rigidamente setorializadas.

Distribuímos a seguir os principais órgãos ora existentes, pelas 16 áreas de intervenção, excluindo os órgãos-meio que participam, por definição, de todas as áreas; incluímos na lista, entidades vinculáveis por adesão, convênio ou contrato, a título de exemplificação:

1. Saúde e Saneamento

Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, SABESP, BRASVACIN, Instituto Butantã, SUSAM, CETESB, USP, etc.

2. Promoção Social

Secretaria Promoção Social, Secretaria da Justiça, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Educação, Pró-Menor, FUNABEM, Corpo de Voluntárias, Entidades Beneficentes, Projeto RONDON, etc.

3. Educação

Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, ITAL, USP, FAPESP, UNICAMP, etc.

4. Segurança  
Secretaria da Segurança, Secretaria da Justiça, II Exército, D.O.P., A.B.N.T., Instituto de Engenharia, etc.
5. Recursos Humanos  
Secretaria do Trabalho, Secretaria do Interior, Secretaria da Agricultura, Fundação Getúlio Vargas, SESI, SENAC, etc.
6. Cultura, Ciência e Tecnologia  
Secretaria da Cultura, Secretaria do Trabalho, Secretaria de Educação, USP, UNICAMP, FAPESP, S.B.P.C., MUSEUS, Companhias de Pesquisa, etc.
7. Agricultura e Abastecimento  
Secretaria da Agricultura, Secretaria de Transporte, Secretaria do Interior, CEAGESP, FEPASA, COTESP, A.B.N.T., etc.
8. Recursos Naturais  
Secretaria da Agricultura, Secretaria da Cultura, Secretaria do Interior, DER, DERSA, SUSAM, CETESB, FUMEST, C.T.H., USP, etc.
9. Desenvolvimento Urbano  
Secretaria do Interior, Secretaria do Transporte, Secretaria de Obras, USP, FGV, I.A.B., CECAP, COHAB, INOCOOP, SESC, etc.
10. Energia e Comunicações  
Secretaria do Interior, Secretaria do Trabalho, COTESP, CESP, CONGÁS, etc.
11. Transporte  
Secretaria de Transporte, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Interior, CEAGESP, METRÔ, DOCAS, FEPASA, CESP, DERSA, DER, CMTC, etc.
12. Indústria, Comércio, Serviços  
Secretaria de Obras, Secretaria do Trabalho, Secretaria do Interior, SENAC, SESC, etc.

Os setores de predominância administrativa serão, por definição, atribuição conjunta do governo, não havendo necessidade de exemplificar a repartição de responsabilidades e participação.

É possível perceber no conjunto dos 106 programas, a consistência decorrente duma estratégia que enfatiza:

- uma especial atenção à prestação de serviços;

- prioridade às áreas de saúde, saneamento e segurança;
- prioridade aos programas de capacitação ao aprendizado e ao emprego.

Estas ênfases privilegiadas, dentre os programas propostos, os de número: 1.4, 1.6, 1.7, 1.9, 2.1, 4.1, 4.6, 4.8, 4.9, 5.2, 5.3, 6.1, 7.1, 7.4, 7.6, 8.2, 8.8, 9.4, 9.6, 11.1, 13.3, 15.1, 15.2, 16.1.

Com esta seleção entre prioridades desejamos tornar mais clara a orientação estratégica proposta pelo conjunto do presente capítulo.

É preciso enfatizar que a orientação proposta altera sensivelmente a orientação estratégica dos últimos anos; donde a necessidade, entre outras medidas, de rever as alocações de recursos do O.P.I. (Programa 16.1) de acordo com as observações do texto básico.

Encerra-se assim o volume de síntese do presente estudo que pretendeu partir dos problemas emergentes para através dos pontos sensíveis à intervenção, chegar a construir uma estratégia de ação governamental.

Esta síntese apoiou-se nos textos básicos para cuja elaboração, durante 5 meses, mobilizaram-se cerca de 70 profissionais, entre autores, equipe auxiliar e consultores.

Dezembro, 1974

Jorge Wilhelm, Coordenador

## A N E X O N º 2

Demonstrativos de características do estoque de re  
cursos humanos, no Estado e na Secretaria da Saúde, em três momentos:

1966

1975

1976

## RECURSOS HUMANOS

1966

Governo do Estado de São Paulo.

Fonte: Departamento Estadual de Estatística e Serviço de Pesquisas do Mercado de Trabalho.

"Censo dos Funcionário Públicos Estaduais, em 30-10-1966". Publicação do D.E.E., maio de 1968.

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, EM 30/10/66, LOTADOS NO QUADRO DA  
SECRETARIA DA SAÚDE PÚBLICA, POR SEXO, SEGUNDO O CARGO OU A FUN

ÇÃO

CARGO OU FUNÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Advogado	1	-	1
Almoxarife	70	14	84
Apontador	4	-	4
Armazenista	16	2	18
Artífice	535	144	679
Artífice Auxiliar	85	37	122
Artífice Carpinteiro	9	-	9
Artífice Mecânico	36	-	36
Artífice Pedreiro	10	-	10
Assistente de Administração	8	19	27
Assistente Administrativo	2	-	2
Assistente Social	21	104	127
Atendente	1.330	3.208	4.538
Atendente de Enfermagem	9	16	25
Auxiliar de Campo	1	-	1
Auxiliar de Dietética	-	268	268
Auxiliar de Enfermagem	11	149	160
Auxiliar de Escritório	25	18	43
Auxiliar de Laboratório	2	1	3
Biologista	53	39	92
Biologista Chefe	2	-	2
Carcereiro	6	-	6
Chefe de Seção	28	21	49
Chefe de Setor	20	-	20
Chefe	11	-	11
Conferente	1	-	1
Contador	1	-	1
Contínuo	5	1	6
Contínuo-Porteiro	4	1	5
Dentista	205	9	214

CARGO OU FUNÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Desenhista	25	15	40
Diretor	19	1	20
Diretor de Departamento	5	1	6
Diretor de Divisão	29	3	32
Diretor de Serviço	1	1	2
Educador Sanitário	2	156	158
Educador Sanitário Chefe	-	10	10
Encarregado	16	3	19
Encarregado de Setor	7	-	7
Encarregado de Serviço	1	-	1
Enfermeiro	8	78	86
Enfermeiro Prático ?	26	85	111
Engenheiro	17	1	18
Engenheiro	3	-	3
Engenheiro Agrônomo Regional	1	-	1
Escriturário	62	109	171
Escriturário Assist. Administ.	816	1.451	2.267
Estatístico	1	1	2
Feitor	39	-	39
Fiscal	36	-	36
Fiscal Sanitário	1.275	10	1.285
Guarda	22	-	22
Inspetor de Alunos	2	4	6
Instrutor	1	-	1
Mecânico	47	-	47
Médico	2.332	176	2.508
Médico Assistente	2	-	2
Médico Chefe	197	3	200
Motorista	961	-	961
Operador de Máquinas	25	-	25
Operador de RX	108	33	141
Pedreiro	24	-	24
Pessoal para Obras	217	37	254
Porteiro	2	2	4



CARGO OU FUNÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Prático de Laboratório	197	107	304
Secretário	3	7	10
Servente	903	1.610	2.513
Servente-Contínuo-Porteiro	270	207	477
Serviçal	1.411	1.334	2.745
Tarefeiro	2	-	2
Técnico de Laboratório	172	197	369
Telefonista	6	14	20
Tesoureiro	1	4	5
Trabalhador Braçal	456	2	458
Vigia	6	-	6
Vigilante	2	1	3
Visitador Sanitário	6	229	235
TOTAL COM DECLARAÇÃO	12.275	9.941	22.216
TOTAL DOS QUE NÃO DECLARARAM CARGO OU FUNÇÃO	125	114	239
TOTAL DE OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES NÃO ENQUADRADOS	1.459	526	1.985
TOTAL GERAL	13.859	10.531	24.440

SERVIDORES PÚBLICOS EXISTENTES EM 30/10/66,

SEGUNDO A LOTAÇÃO, POR SEXO

LOTAÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Governo do Estado	227	160	387	0,13
Agricultura	13.123	2.897	16.020	5,25
Economia e Planej.	154	172	326	0,11
Educação	23.811	82.466	106.277	34,85
Fazenda	7.265	4.228	11.493	3,77
Governo	790	595	1.385	0,45
Interior	14	12	26	0,01
Justiça	4.696	1.829	6.525	2,14
Saúde Pública	13.859	10.581	24.440	8,01
Segurança	51.101	1.647	52.748	17,30
Serviços e Obras Pub.	1.954	247	2.201	0,72
Trabalho Ind. e Com.	448	284	732	0,24
Transportes	45.520	2.073	47.593	15,61
Turismo	8	1	9	0,00
Autarquia e Auton.	19.735	10.264	29.999	9,84
Não declarado	2.599	2.193	4.792	1,57
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>185.649</b>	<b>119.649</b>	<b>304.953</b>	<b>100,00</b>

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS EXISTENTES EM 30/10/66, POR PROVI  
MENTO E SEXO

PROVIMENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Efetiva	90.619	52.997	143.616	47,09
Interino	2.640	21.281	23.921	7,84
Extranumerário mensalista	59.446	24.954	84.400	27,68
Extranumerário diarista	5.869	2.802	8.671	2,84
Extranumerário contratado	7.263	7.671	14.934	4,90
Extranumerário tarefeiro	145	152	297	0,10
Pessoal de obras	8.291	864	9.155	3,00
C.L.T.	4.340	2.814	7.154	2,35
Outros	3.700	3.918	7.618	2,50
Não declarados	2.991	2.196	5.187	1,70
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>185.304</b>	<b>119.649</b>	<b>304.953</b>	<b>100,00</b>

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS EXISTENTES EM 30/10/66, POR TEMPO  
NO CARGO SEGUNDO O SEXO

TEMPO NO CARGO (em anos)	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
Menos de 4	69.961	45.260	115.221	37,70
De 4 a 8	38.080	22.980	61.060	20,00
De 8 a 12	25.152	12.803	37.955	12,40
De 12 a 16	17.843	12.344	30.187	9,80
De 16 a 20	12.844	9.096	21.940	7,10
De 20 a 25	9.944	6.524	16.468	5,40
De 25 a 30	4.708	2.086	6.794	2,20
De 30 e mais	1.751	590	2.341	0,70
Não declaradc	5.021	7.966	12.987	4,20
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>185.304</b>	<b>119.649</b>	<b>304.953</b>	<b>100,00</b>

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS EXISTENTES EM 30/10/66,  
SEGUNDO A LOTAÇÃO E EXERCÍCIO

LOTAÇÃO E EXERCÍCIO	L (1)	E (2)	% 1	% 2
Governo do Estado	387	737	0,13	0,24
Agricultura	16020	16177	5,25	5,30
Economia e Planejamento	326	340	0,11	0,11
Educação	106277	107995	34,85	35,41
Fazenda	11493	10850	3,77	3,56
Governo	1385	1323	0,45	0,43
Interior	26	47	0,01	0,01
Justiça	6525	6583	2,14	2,16
Saúde Pública	24440	24711	8,01	8,10
Segurança	52748	52030	17,30	17,06
Serviços e Obras Públicas	2201	2205	0,72	0,72
Trabalho Indústria e Comércio	732	588	0,24	0,19
Transportes	47593	48625	15,61	15,94
Turismo	9	23	0,00	0,01
Autonomias e Autarquias	29999	30176	9,84	9,89
Inativos	-	-	-	-
Não declarado:	4792	2543	1,57	0,83
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>304953</b>	<b>304953</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## RECURSOS HUMANOS

1975

FONTE: Departamento da Despesa de Pessoal do Estado -  
Secretaria da Fazenda - São Paulo.

## DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO, DAS SECRETARIAS E DO TOTAL DO

## ESTADO POR CATEGORIA - ESTADO DE SÃO PAULO

1975

Secretaria Categoria	Gabinete do Governador		Educação		Saúde		Cultura, Esporte e Turismo		Promoção Social	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Funcionário Público	593	55,11	72.279	35,45	17.253	54,86	836	63,58	2.146	69,07
Extranumerário	1	0,09	3.630	1,62	1.833	5,83	40	3,04	271	8,72
Prof. Est. Mag. Secundário	-	-	801	0,36	-	-	2	0,15	-	-
Prof. Est. Mag. Primário	-	-	15	0,01	4	0,01	-	-	1	0,03
Sub-Total 1	-	-	816	0,37	4	0,01	2	0,15	1	0,23
Prof. Aula Exced. Fixo	-	-	7.590	3,39	-	-	5	0,38	-	-
Prof. Aula Exced. Provisório	-	-	3.839	1,72	-	-	4	0,30	-	-
Prof. Aula Exced. Precário	-	-	61.551	27,52	3	0,01	24	1,83	-	-
Prof. Subst. Ensino Primário	-	-	57.783	25,84	-	-	-	-	-	-
Sub-Total 2	-	-	130.763	58,47	3	0,01	33	2,51	-	-
Professor 1 + 2	-	-	131.579	58,84	7	0,02	35	2,66	1	0,03
Serv. da Adm. descentralizada de signado p/ ocupar cargo na Administração centralizada	9	0,84	3	0,00	-	-	4	0,30	4	0,13
Militar designado p/ ocupar cargo na administração centralizada	3	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselheiro Membro do Conselho	4	0,37	23	0,02	14	0,04	6	0,46	1	0,03
Contratado Regime C.L.T.	95	8,83	185	0,08	634	2,02	18	0,37	145	4,67
Título Precário	371	34,48	8.922	3,99	11.711	37,23	376	28,59	539	17,39
TOTAL GERAL	1.076	100,00	223.621	100,00	31.452	100,00	1.315	100,00	3.107	100,00

Secretaria Categoria	Economia e Planejamento		Agricultura		Trabalho e Administração		Serviço e Obras Públicas		Transportes	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Funcionário Público	442	60,55	8.604	55,12	1.157	61,97	4.642	96,35	269	51,43
Extranumerário	4	0,54	923	5,91	79	4,23	74	1,53	14	2,68
Prof. Est. Mag. Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prof. Est. Mag. Primário	-	-	3	0,01	-	-	-	-	-	-
Sub-Total 1	-	-	3	0,01	-	-	-	-	-	-
Prof. Aula Exced. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prof. Aula Exced. Prov.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prof. Aula Exced. Precário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prof. Subst. Ensino Primário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professor 1 + 2	-	-	3	0,01	-	-	-	-	-	-
Serv. da Adm. descentralizada de signado p/ocupar cargo na Administração centralizada	5	0,69	18	0,12	-	-	1	0,02	14	2,68
Militar designado p/ocupar cargo na administração centralizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselheiro Membro do Conselho	11	1,51	4	0,03	1	0,05	2	0,04	5	0,96
Contratado Regime C.L.T.	19	2,60	3.027	19,39	8	0,43	-	-	61	11,66
Título Precário	249	34,11	3.031	19,42	622	33,32	99	2,06	160	30,59
TOTAL GERAL	730	100,00	15.610	100,00	1.867	100,00	4.818	100,00	523	100,00

Secretaria Categoria	Justiça		Segurança		Interior		Fazenda		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Funcionário Público	3.656	65,85	12.227	87,79	102	16,48	7.910	84,87	139.116	44,37
Extranumerário	111	2,00	869	6,24	-	-	938	10,06	8.787	2,80
Prof. Est. Mag. Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	803	0,25
Prof. Est. Mag. Primario	-	-	1	0,01	-	-	-	-	24	0,01
Sub-Total 1	-	-	1	0,01	-	-	-	-	827	0,26
Prof. Aula Exced. Fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	7.595	2,42
Prof. Aula Exced. Provisório	-	-	-	-	-	-	-	-	3.843	1,23
Prof. Aula Exced. Precário	-	-	-	-	-	-	-	-	61.578	19,64
Prof. Subst. Ensino Primário	-	-	1	0,01	-	-	-	-	57.784	18,43
Sub-Total 2	-	-	1	0,01	-	-	-	-	130.800	41,72
Professor 1 + 2	-	-	2	0,02	-	-	-	-	131.627	41,98
Serv. da Adm. descentralizada de signado p/ocupar cargo na Adminis- tração centralizada	-	-	-	-	3	0,48	-	-	61	0,02
Militar designado p/ ocupar cargo na Administ. centraliz.	-	-	8	0,05	-	-	-	-	11	0,00
Conselheiro Membro do Cons.	43	0,77	2	0,02	7	1,13	88	0,94	211	0,07
Contratado Regime C.L.T.	51	0,92	-	-	6	0,97	379	4,07	4.628	1,48
Título Precário	1.691	30,46	820	5,88	501	80,94	6	0,06	29.098	9,28
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.552</b>	<b>100,00</b>	<b>13.978</b>	<b>100,00</b>	<b>619</b>	<b>100,00</b>	<b>9.321</b>	<b>100,00</b>	<b>313.539</b>	<b>100,00</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Relatório do Sistema de Administração de Pessoal

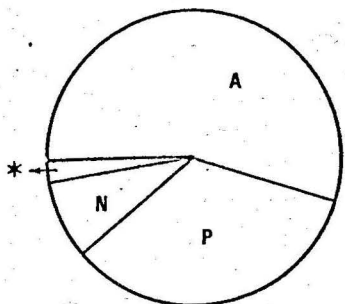


DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DAS SECRETARIAS E TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO CATEGORIA

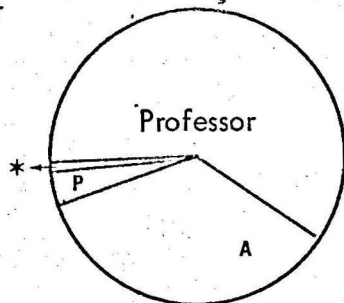
ESTADO DE SÃO PAULO

1975

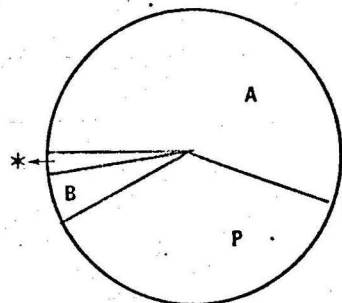
Gabinete do Governador



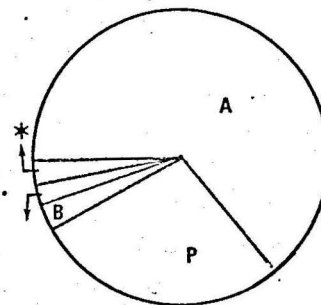
Educação



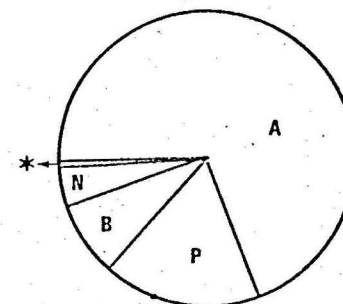
Saúde



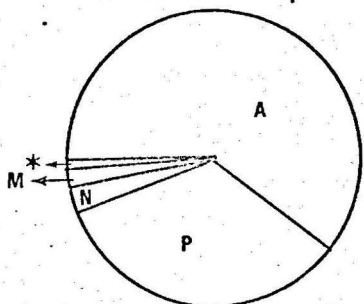
Cul., Esportes e Turismo



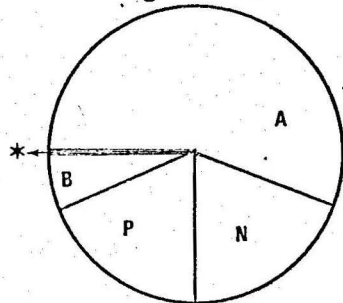
Promoção Social



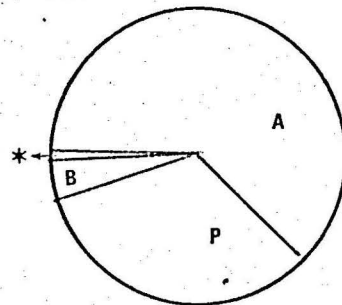
Economia e Planejamento



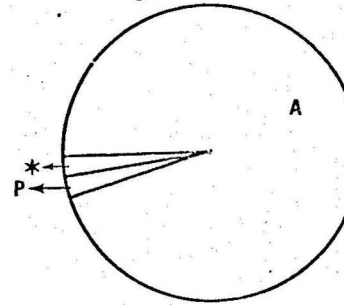
Agricultura



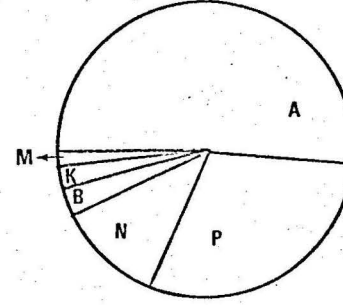
Trabalho e Administração



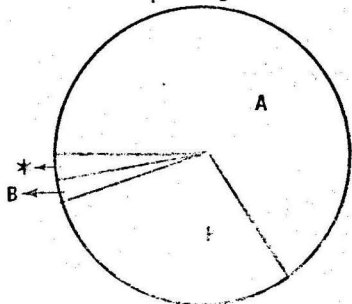
Serviços e Obras Públicas



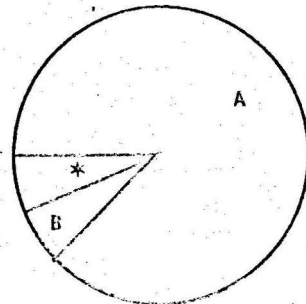
Transportes



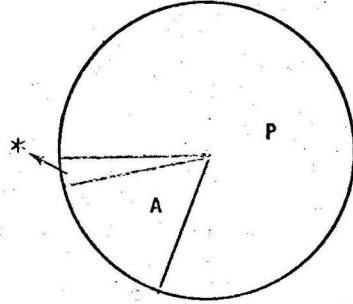
Justiça



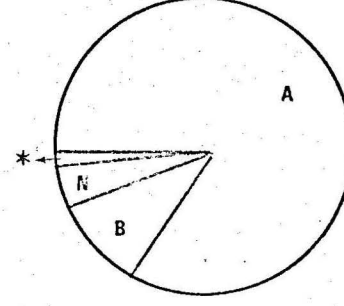
Segurança



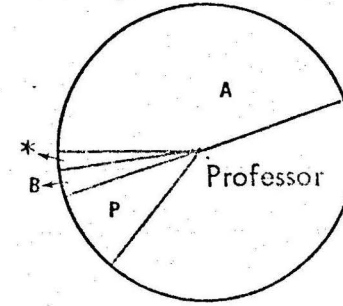
Interior



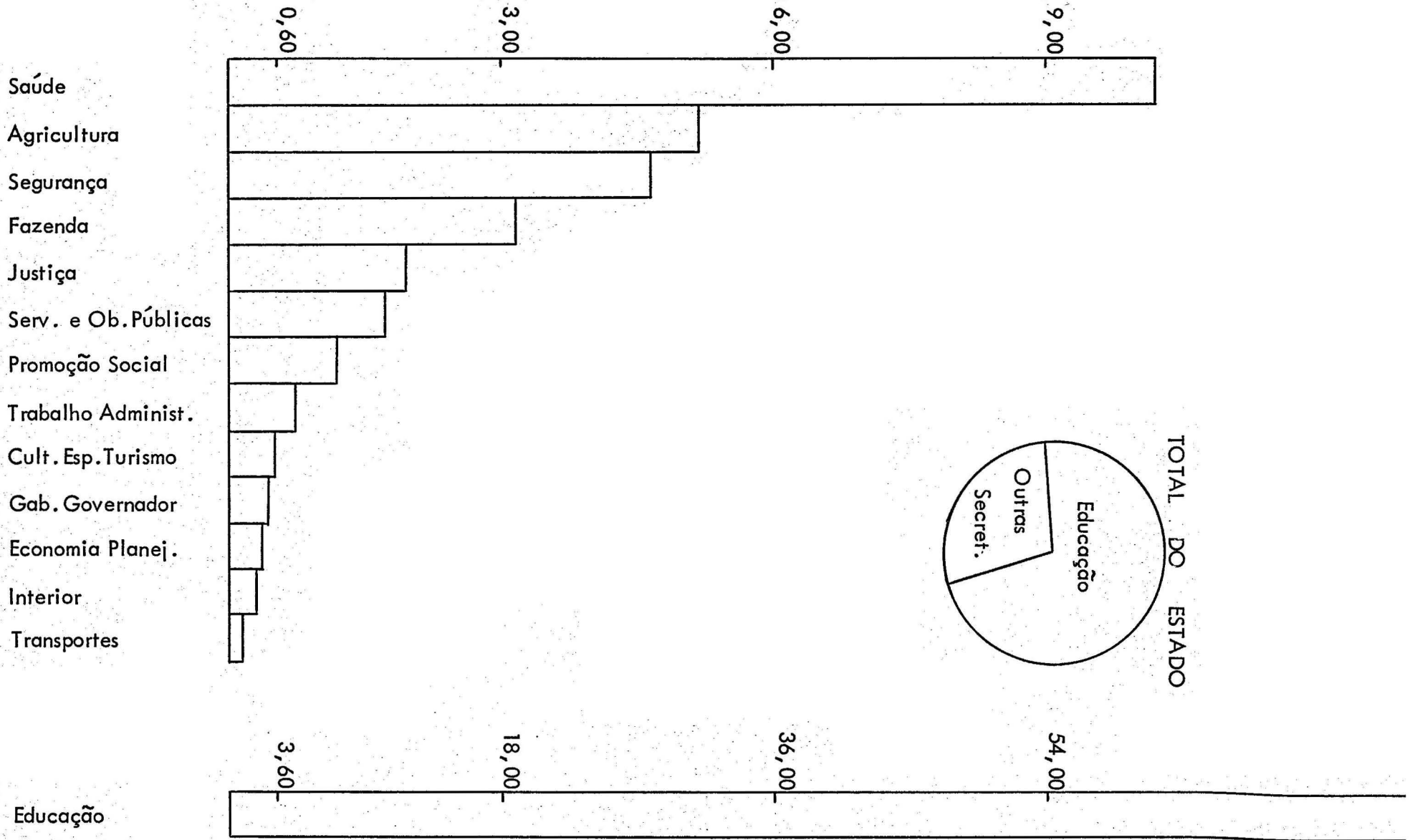
Fazenda



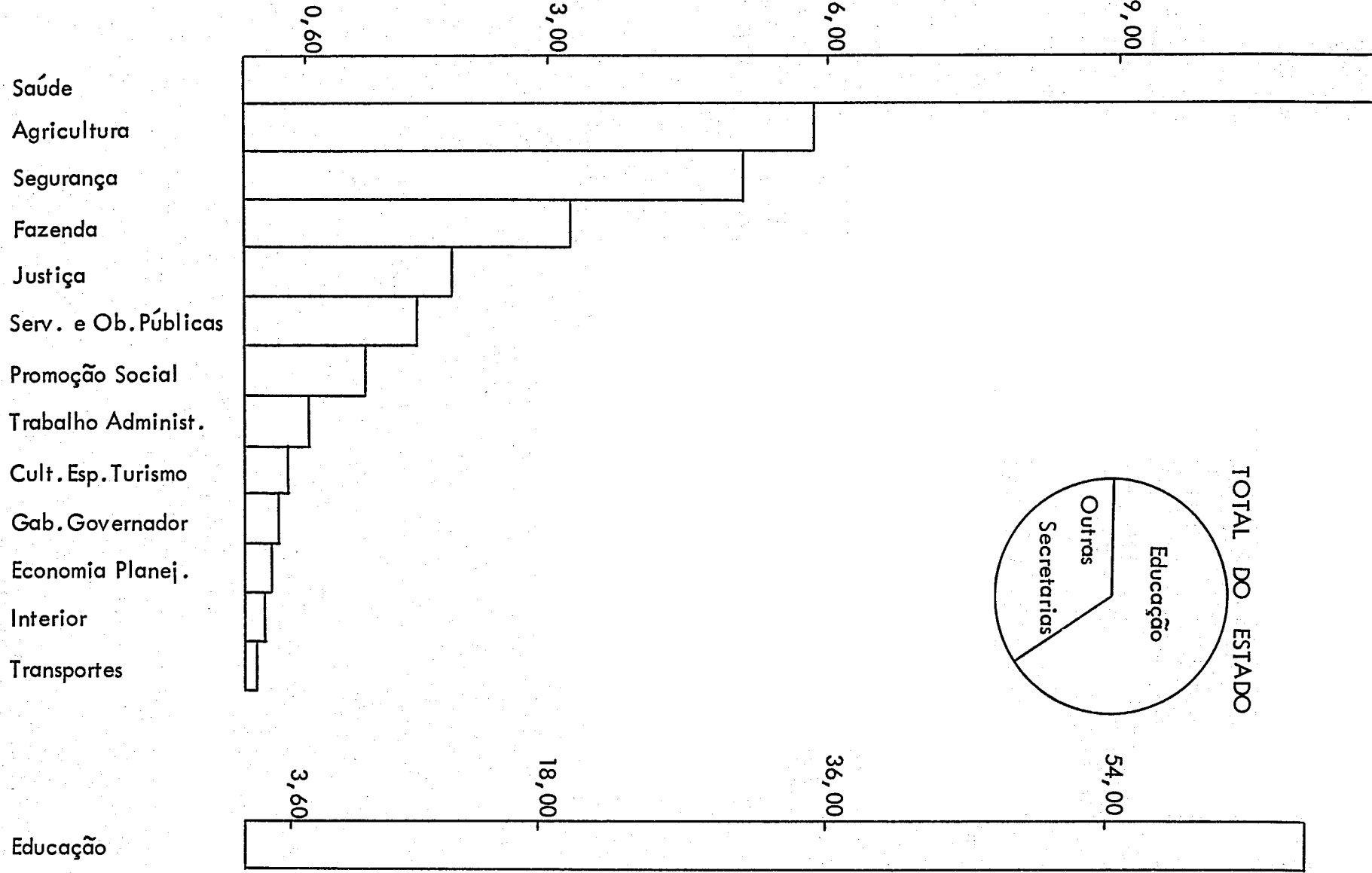
Total do Estado



RECURSOS HUMANOS - ESTADO DE SÃO PAULO - 1975



QUANTIDADE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1975



RECURSOS HUMANOS

1976

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo  
FUNDAP - São Paulo, 1977

### Natureza dos Objetivos

A maior parte do contingente de recursos humanos à disposição do Governo do Estado de São Paulo está concentrado na prestação de serviços diretos à comunidade, conforme consta na tabela a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Recursos Humanos: Contingente e Custo -  
Agosto/1976

Natureza da atividade	Contingente (a)		Custo (b)		Custo médio b/a Cr\$. 1,00
	número	%	Cr\$. 1.000,00	%	
Meio	62.032	16	218.327	17	3.520
Fim	322.591	84	1.097.300	83	3.402
<b>TOTAL</b>	<b>384.623</b>	<b>100</b>	<b>1.315.627</b>	<b>100</b>	<b>3.420</b>

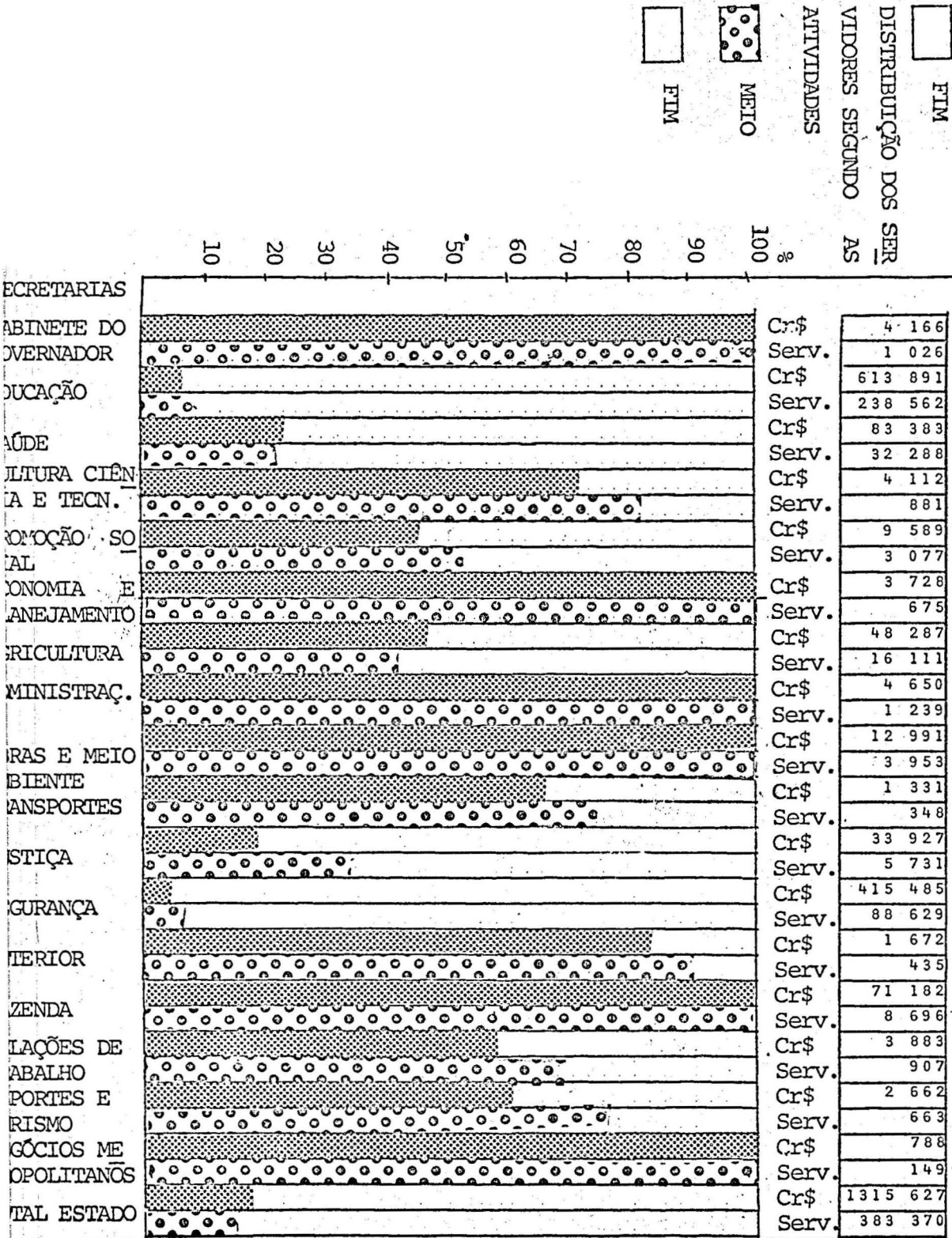
FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo

Conforme se verifica o vencimento base médio da atividade "meio" é ligeiramente superior ao da atividade "fim" e à média em geral.

CUSTO DAS ATIVIDADES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Distribuição dos Servidores e custo mensal da folha segundo a natureza da atividade - agosto/1976



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RECURSOS HUMANOS - AGOSTO/1976

Especificação	Recursos Humanos			Participação	
	da secretaria	de outras	total	relativa	no total
1. Secretaria da Educação	238.562	2.799	241.361	62,20	62,20
2. Secretaria da Segurança Pública	69.882	23	69.905	18,01	80,21
3. Secretaria da Saúde	32.288	12	32.300	8,32	88,53
4. Secretaria da Agricultura	16.111	6	16.117	4,15	92,68
5. Secretaria da Fazenda	8.696	29	8.725	2,25	94,93
6. Secretaria da Justiça	5.731	55	5.786	1,49	96,42
7. Secretaria de Obras e do Meio Ambiente	3.953	52	4.005	1,03	97,45
8. Secretaria da Promoção Social	3.077	22	3.099	0,80	98,25
9. Secretaria da Administração	1.239	76	1.315	0,34	98,59
10. Gabinete do Governador	1.026	80	1.106	0,29	98,88
11. Secretaria de Cult. Ciência e Tecnolog.	881	54	935	0,24	99,12
12. Secretaria de Relações do Trabalho	907	7	914	0,24	99,36
13. Secretaria de Economia e Planejamento	675	7	682	0,18	99,54
14. Secretaria de Esportes e Turismo	663	15	678	0,17	99,71
15. Secretaria dos Transportes	348	157	505	0,13	99,84
16. Secretaria do Interior	435	43	478	0,12	99,96
17. Secretaria dos Negócios Metropolitanos	149	1	150	0,04	100,00
TOTAL	384.623	3.438	388.061	100,00	

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

RECURSOS HUMANOS POR REGIME DE TRABALHO

AGOSTO/1976

Especificação	Recursos Humanos			Participação total	
	da secretaria	de outras	total	relativa	acumulada
- Funcionários Públicos	130.072	1	130.073	33,52	33,52
- Professores de aulas excedentes precários	80.213	9	80.222	20,67	54,19
- Título precário	59.114	210	59.324	15,28	69,47
- Militares	53.253	0	53.253	13,72	83,19
- Professores substitutos primários	37.667	2.715	40.382	10,40	93,59
- Extranumerários	9.059	48	9.107	2,35	95,94
- Professores de aulas excedentes fixos	7.471	1	7.472	1,93	97,87
- Contratados em regime de CLT	4.077	2	4.079	1,05	98,92
- Professores de aulas excedentes provisórios	2.516	0	2.516	0,65	99,57
- Professores estáveis do Magistério Normal	1.108	0	1.108	0,29	99,86
- Servidores da Administração Descentralizada em cargo da Administração Centralizada	6	284	290	0,07	99,93
- Conselheiros, Membros de Conselho e Membros de Comissão contratados em regime de CLT	54	168	222	0,06	99,99
- Professores estáveis no Magistério primário	13	0	13	0,01	100,00
TOTAL	384.623	3.438	388.061	100,00	

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Número de Servidores

Composição segundo o tipo de servidores e a natureza da atividade - agosto/1976.

Especificação	Quantidade		
	Meio	Fim	Total
Funcionários Públicos e Professores Estáveis	3.419	12.008	15.427
Demais	3.927	12.934	16.861
<b>TOTAL</b>	<b>7.346</b>	<b>24.942</b>	<b>32.288</b>

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo

NOTAS: (1) Refere-se somente ao Pessoal Ativo da Administração Centralizada do Poder Executivo.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Número de Servidores

Composição da natureza da atividade segundo o tipo de servidores.

Valores em %

Especificação	Meio	Fim	Total
Funcionários Públicos e Professores Estáveis	47	48	48
Demais	53	52	52
TOTAL	100	100	100

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo

NOTAS: (1) Refere-se somente ao Pessoal Ativo da Administração Centralizada do Poder Executivo.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Número de Servidores

Distribuição segundo a natureza da atividade.

Valores em %

Especificação	Meio	Fim	Total
Funcionários Públicos e Professores Estáveis	22	78	100
Demais	23	77	100
TOTAL	23	77	100

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo

NOTAS: (1) Refere-se somente ao Pessoal Ativo da Administração Centralizada do Poder Executivo.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Custo mensal do pessoal

Composição segundo o tipo de servidores e a natureza da atividade - agosto/1976.

Valores em Cr\$. 1.000,00

Especificação	Meio	Fim	Total
Funcionários Públicos e Professores Estáveis	11.491	36.405	47.896
Demais	7.751	27.736	35.487
TOTAL	19.242	64.141	83.383

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

NOTAS: (1) Refere-se somente ao Pessoal Ativo da Administração Centralizada do Poder Executivo.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Custo mensal do Pessoal

Composição da natureza da atividade segundo o tipo de servidores - agosto/1976.

Valores em %

Especificação	Meio	Fim	Total
Funcionários Públicos e Professores Estáveis	60	57	57
Demais	40	43	43
TOTAL	100	100	100

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

NOTAS: (1) Refere-se somente ao Pessoal Ativo da Administração Centralizada do Poder Executivo.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Custo mensal do Pessoal

Distribuição segundo a natureza da atividade - agosto/1976

Valores em %

Especificação	Meio	Fim	Total
Funcionários Públicos e Professores Estáveis	24	76	100
Demais	22	78	100
TOTAL	23	77	100

FONTE: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

NOTAS: (1) Refere-se somente ao Pessoal Ativo da Administração Centralizada do Poder Executivo.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Número de Servidores

Composição segundo a Unidade Orçamentária e a natureza da atividade.

Especificação	Meio	Fim	Total
01 - <u>Administração Superior da</u> <u>Secretaria e da Sede</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	448	233	681
- Demais	542	244	786
TOTAL	990	477	1.467
02 - <u>Coordenadoria da Saúde da</u> <u>Comunidade</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	360	7.863	8.223
- Demais	156	5.157	5.313
TOTAL	516	13.020	13.536

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Número de Servidores

Composição segundo a Unidade Orçamentária e a natureza da atividade.

Especificação	Meio	Fim	Total
03 - <u>Coordenadoria de Assistência Hospitalar</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	973	1.073	2.676
- Demais	1.735	3.473	5.208
TOTAL	2.708	5.176	7.884
04 - <u>Coordenadoria da Saúde Mental,</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	1.518	1.067	2.585
- Demais	1.238	3.020	4.258
TOTAL	2.756	4.087	6.843



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Número de Servidores

Composição segundo a Unidade Orçamentária e a natureza da atividade.

Especificação	Meio	Fim	Total
05 - <u>Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados.</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	120	1.142	1.296
- Demais	256	1.040	1.262
TOTAL	376	2.182	2.558

Resumo Geral da Secretaria.

- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	3.419	12.008	15.427
- Demais	3.927	12.934	16.861
TOTAL	7.346	24.942	32.288

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Custo mensal do pessoal

Composição segundo a Unidade Orçamentária e a natureza da atividade.

Valores em Cr\$. 1,00

Especificação	Meio	Fim	Total
01 - <u>Administração Superior</u> <u>da Secretaria e da Sede</u>			
- Funcionário Públicos e Professores Estáveis	1.534.349	1.247.404	2.781.753
- Demais	1.219.502	527.447	1.746.949
TOTAL	2.753.851	1.774.851	4.528.702
02 - <u>Coordenadoria de Saúde</u> <u>da Comunidade</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	3.589.459	21.144.695	24.734.154
- Demais	530.616	10.706.026	11.236.642
TOTAL	4.120.075	31.850.721	35.970.796

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Custo mensal do pessoal

Composição segundo a Unidade Orçamentária e a natureza da atividade.

Valores em Cr\$. 1,00

Especificação	Meio	Fim	Total
03 - <u>Coordenadoria de Assistência Hospitalar</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	2.879.178	4.879.560	7.758.738
- Demais	3.607.988	7.105.791	10.713.779
TOTAL	6.487.166	11.985.351	18.472.517
04 - <u>Coordenadoria de Saúde Mental</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	3.085.783	4.481.116	7.566.899
- Demais	1.926.822	6.603.444	8.530.266
TOTAL	5.012.605	11.084.560	16.097.165

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Saúde

## Custo mensal do pessoal

Composição segundo a Unidade Orçamentária e a natureza da atividade.

Valores em Cr\$. 1,00

Especificação	Meio	Fim	Total
05 - <u>Coordenadoria de Serviços</u>			
<u>Técnicos Especializados</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	401.782	4.652.383	5.054.165
- Demais	466.541	2.792.853	3.259.394
TOTAL	868.323	7.445.236	8.313.559
<u>Resumo Geral da Secretaria</u>			
- Funcionários Públicos e Professores Estáveis	11.490.551	36.405.158	47.895.709
- Demais	7.751.469	27.735.561	35.487.030
TOTAL	19.242.020	64.140.719	83.382.739